

Alexandra Vilela

Vogal da Comissão Diretiva do
COMPETE2020



Os anos de crise económica refletiram-se no investimento em Ciência?

O financiamento da Ciência é sempre uma questão complexa, sobretudo em países como o nosso, em que as políticas públicas de apoio à produção científica são relativamente recentes – é no quadro da recente integração europeia que os mecanismos de política científica se reforçaram, alargando e diversificando as fontes e instrumentos de financiamento, permitindo a Portugal recuperar um atraso estrutural e posicionar-se a

par dos nossos parceiros europeus, com resultados que a todos nos orgulham, sobretudo tendo em conta o nosso ponto de partida.

Mas tendo o desenvolvimento da Ciência sido sustentado essencialmente através de investimento público com vista a alavancar a produção científica, as fortes restrições orçamentais vividas no período de assistência económica tiveram consequências no financiamento público à Ciência, agravado pelas dificuldades conhecidas no financiamento privado.

Assistiu-se à redução do investimento, em particular a partir de 2011, sendo os anos seguintes marcados por uma clara redução da despesa em I&D, com reflexos na diminuição das atividades de investigação, onde talvez o impacto mais visível seja a saída de capital humano.

Uma nota de otimismo - em 2015 sentiu-se um primeiro e tímido recuperar dos níveis de investimento, o que terá certamente continuidade nos valores de 2016, até tendo em conta o forte investimento alavancado pelo Portugal 2020 e em particular pelo COMPETE2020, pela sua dimensão e papel estruturante.

Falando ainda dos sérios constrangimentos decorrentes das recentes vagas de

“emigração de investigadores e jovens doutorados, é de realçar os impactos provocados na capacidade nacional de produzir inovação, pelas dificuldades no recrutamento de recursos humanos qualificados,

constituindo-se como um sério constrangimento aos processos em que a inovação é o principal fator diferenciador, como é o caso dos novos processos associados à transformação digital da economia.”

Como é que podemos fazer as empresas apostarem mais na contratação de doutorados?

A própria transformação dos processos produtivos, na prática, evidencia esta necessidade das empresas disporem de recursos humanos altamente qualificados, que suportem a introdução das mais modernas metodologias de trabalho e de produção, baseadas em elevados graus de inovação.

Importa aqui também distinguir entre emprego altamente qualificado – quando doutorados desenvolvem atividades produtivas nas empresas, e emprego científico - quando investigadores desenvolvem atividades de investigação nas empresas, como forma de aportar valor e diferenciação aos processos e produtos através da inovação.

Em ambos os casos, a contratação de doutorados constitui um instrumento central para as empresas melhorarem os seus processos e, por este meio, subirem na cadeia de valor das fileiras onde se posicionam.

Esta é a ambição do COMPETE2020 que, no âmbito dos vários instrumentos, privilegia o apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados, quer seja através do apoio à contratação de investigadores no âmbito de projetos de investigação científica e tecnológica, que podem ser desenvolvidos em parceria com empresas, quer seja através do lado dos incentivos às empresas que contemplam apoios para contratação de recursos humanos para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica e produtiva.

Mas também precisamos de reforçar as empresas, para que estas sejam inovadoras..., quais os instrumentos do COMPETE 2020 que salienta para este objetivo?

Esta será porventura a vertente mais desafiante que se coloca ao COMPETE2020 – promover relações virtuosas entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas com vista ao desenvolvimento de soluções inovadoras para aumentar o valor económico dos nossos produtos.

Isto porque algumas das críticas que são feitas ao nosso sistema científico é a sua fraca relação com o tecido económico – atingimos já níveis de excelência em matéria de resultados da produção científica, no entanto é apontado que estes resultados são ainda pouco aplicados nos processos produtivos, tendo reduzido impacto na atividade das empresas.

Esta situação, podendo ter múltiplas explicações, também decorrentes da fragilidade do nosso tecido produtivo, pode ser reorientada através de políticas públicas voluntaristas, que promovam lógicas colaborativas e de trabalho em rede entre empresas, associações empresariais, centros tecnológicos, universidades e centros de investigação.

É este o objetivo do COMPETE2020 e em particular dos instrumentos destinados à promoção do ID&T, sobretudo marcante nos projetos em copromoção – liderados por empresas, visam o estabelecimento de parcerias entre estas e entidades do sistema científico e tecnológico para a resolução de problemas através da inovação.

“Mas sobretudo o que será verdadeiramente significativo é a criação de agendas de investigação e redes colaborativas destinadas à criação de valor económico através do conhecimento – será este o casamento perfeito entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico, assumindo o COMPETE 2020 um papel central neste processo.”

Diria que se conseguirmos alavancar e promover redes colaborativas entre estes atores – ciência, centros de interface e empresas, parte da nossa missão será conseguida.

Estaremos sem dúvida a promover empresas mais inovadoras, mais utilizadoras do conhecimento para melhorar os processos produtivos e assim, conquistar

mercados através de produtos e serviços mais competitivos à escala internacional.

O sistema científico ainda é pequeno para as necessidades do país?

Esta questão é interessante pois coloca o problema de forma curiosa e sobre a qual importa refletir – primeiro a ciência nunca é “nacional” mas do Mundo. E nesta perspetiva, a ciência produzida em Portugal posiciona-se num mundo cada vez mais globalizado, concorre e é feita com parceiros de todo o mundo. Aliás, uma das características do ecossistema da Ciência são as parcerias, o trabalho colaborativo e em rede. O próprio método científico tem como ponto estruturante a revisão pelos “pares”. Nesta aceção, a Ciência tem que ser vista e compreendida do ponto de vista internacional e não apenas das necessidades do país!

Voltando diretamente à questão, considero que o problema não está na dimensão ou qualidade da nossa produção científica e tecnológica – os prémios internacionais conquistados pelas nossas equipas de investigação em concursos internacionais, a par da crescente capacidade de atracção de investigadores estrangeiros para centros de investigação nacionais, são boa prova da capacidade do nosso sistema científico.

Assim, penso que a questão que refere decorre antes da recorrente crítica em termos da reduzida transferência de resultados do IDT para o tecido económico – trata-se assim de por o conhecimento ao serviço da economia através da promoção de mecanismos de transferência tecnológica, o que, como já referi, é um dos principais desafios que assumimos como missão central.

O COMPETE 2020 dispõe de instrumentos de apoio à modernização da Administração Pública, crucial para diminuir custos de contexto. Como se orientam as prioridades, considerando as linhas definidas no SIMPLEX?

As intervenções destinadas à Modernização Administrativa têm como objetivo principal a redução dos custos de contexto com impacto na atividade económica, através da prestação de serviços de forma desmaterializada, promovendo o acesso universal aos serviços das Administrações Públicas.

Para estes objetivos é inegável o papel de alavanca das políticas públicas introduzido pelo SIMPLEX +, que se centra igualmente num conjunto de áreas e serviços considerados prioritários pelo seu impacto na sociedade, como são exemplo a Justiça, a Economia, a Saúde ou a Educação.

No contexto de contenção orçamental as entidades públicas estão/ vão responder ao desafio?

A grande mobilização da sociedade civil – empresas, cidadãos, associações, para este movimento de modernização é espelhado nas iniciativas públicas recentemente lançadas – tomemos por exemplo a promoção de Orçamentos Participativos a vários níveis da administração.

É uma importante forma de trazer as necessidades dos cidadãos e das empresas para cima da mesa das administrações. E fazer com que a sua voz conte na tomada de decisão de alocar investimentos públicos, dando ideias de projetos concretos - como realizar estes investimentos e de viva voz dizer o que a comunidade sente como prioritário.

”Este grande compromisso com a participação e a cidadania é a melhor forma de garantir que as administrações respondem a este desafio, numa lógica de racionalização dos recursos e foco nas necessidades dos utilizadores, implicando um maior nível de prestação de contas por parte do Estado, que somos todos nós, no fim do dia!”

Por outro lado, mesmo num contexto de fortes restrições orçamentais, tem sido evidenciada a preocupação de reservar verbas do Orçamento de Estado para estes objetivos – exemplo do OE 2017 que consagrou uma “reserva orçamental” específica de forma a viabilizar a concretização destes projetos.

Penso assim que apesar das dificuldades conhecidas, há condições para a concretização desta importante linha de intervenção e de concretização dos objetivos definidos, através da focagem nas intervenções prioritárias.